

# *Crecei afirma que ministro apoiará sua proposta de pacto habitacional*

Da Redação da **Folha**

O ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Prisco Vianna, recebeu, no último dia 18, uma síntese das propostas oficiais dos corretores de imóveis para a superação da crise habitacional. Segundo informou o presidente do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis (Crecei), Roberto Capuano, que esteve em audiência com o ministro, Vianna deu seu apoio à idéia de se promover um "pacto" pela habitação.

O pacto consiste na definição de um programa de prioridades a serem enfrentadas imediatamente pelo governo, que incluem o financiamento de 90% do valor dos imóveis, a redução de taxas e juros no Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o incentivo à área de aluguéis.

No documento entregue ao ministro, os corretores sugerem a vinculação do valor do aluguel inicial ao valor de produção, e não ao de comercialização dos imóveis, e a isenção de imposto de renda incidente sobre o aluguel mensal e também sobre o lucro imobiliário, para quem mantiver a propriedade por um prazo mínimo de cinco anos. Segundo Roberto Capuano, essas medidas atrairiam recursos da iniciativa privada e garantiriam aos aplicadores rentabilidade e segurança para operar no mercado de locação.

A idéia de o governo passar a subsidiar o aluguel para famílias de baixa renda em troca de uma reciprocidade em termos de comportamento social agradou o ministro, segundo Capuano. "A família que morasse em uma dessas casas assumiria obrigações como conservar o imóvel, enviar os filhos para escola etc", explicou.

## **Comercialização**

Na área de comercialização, o texto dos corretores propõe uma convergência de linhas de crédito para produção e consumo de habitações. "Com isso se garante o consumo, única e real atração para o investimento da iniciativa privada, que pode ser auxiliado por linhas de capital de giro para a produção", diz a proposta.

Com relação ao Sistema Financeiro de Habitação, o documento do Crecei sugere que o governo assuma a responsabilidade pela cobertura de eventuais insuficiências no Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS), e que a Caixa Econômica Federal (CEF) funcione como a "grande condutora dos destinos habitacionais". Além disso, propõe a flexibilização das regras para a compra da casa própria, através da redução de taxas e despesas operacionais, com financiamento de 90% do valor do imóvel sem a exigência de qualquer tipo de reciprocidade.